



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO
DIREITO TRIBUTÁRIO I
(2018.1)



ESTUDO DOS ORÇAMENTOS DO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: INVESTIMENTO DO BRASIL EM DETERMINADOS PROJETOS SOCIAIS E CONTRAPARTIDA DOS VALORES PAGOS AOS INVESTIDORES DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA.¹

*Gabriel Lyra Rodrigues²
Sedjro Enock T. Montcho³*

Coordenador: Prof. Dr. Edival Braga⁴

RESUMO: O presente estudo visa avaliar a relação entre os gastos do governo brasileiro com juros e amortizações da dívida pública e os gastos sociais, na segunda metade dos anos 90. A compreensão liberal de que a melhoria das condições sociais depende da manutenção da estabilidade econômica, ensejando uma redução do tamanho estatal e do crescimento econômico, norteou o planejamento econômico do Governo de FHC, o qual se focalizou na manutenção do programa de ajustes macroeconômicos em curso desde 1994. Diante disso, faz-se

¹ O artigo passou por uma revisão gramatical realizada pelo ChatGPT em 2025, revisão somente gramatical, de modo que foi mantida a originalidade do conteúdo do artigo.

² Acadêmico de Direito da Universidade Federal de Roraima. gabriellyrarodrigues@gmail.com

³ Acadêmico de Direito da Universidade Federal de Roraima. montchosedjro@yahoo.fr

⁴ Professor de Direito Tributário da Universidade Federal de Roraima – UFRR.

necessário estudar os valores fixados para os programas sociais e para aqueles que seriam pagos a juros da dívida pública.

Palavras-chave: Projetos Sociais. Brasil. Juros. Títulos Públicos. Planejamento.

ABSTRACT:

The present study aims to evaluate the relationship between the Brazilian government 's interest expenses and public debt amortizations and social spending in the second half of the 1990s. The liberal understanding that the improvement of social conditions depends on maintaining economic stability, leading to a reduction in state size and economic growth, guided the economic planning of the Government of FHC, which focused on maintaining the program of macroeconomic adjustments in progress since 1994. In view of this, it is necessary to study the values set for social programs and for those that would be paid at the interest of the public debt.

KEYWORDS: Social projects. Brazil. Interest. Public titles. Planning.

SUMÁRIO: 1-INTRODUÇÃO;2-DESENVOLVIMENTO;3-POLÍTICA SOCIAL ENTRE OS ANOS DE 1994-2002;4-DÍVIDA PÚBLICA E GASTOS SOCIAIS 1994 – 2002;5-CONCLUSÃO;6-REFERÊNCIAS

1. INTRODUÇÃO:

O presente estudo visa avaliar a relação entre os gastos do governo brasileiro com juros e amortizações da dívida pública e os gastos sociais na segunda metade dos anos 90.

A compreensão liberal de que a melhoria das condições sociais depende da manutenção da estabilidade económica, ensejando uma redução do tamanho estatal e do crescimento económico, norteou o planejamento económico do Governo de

FHC, o qual focalizou na manutenção do programa de ajustes macroeconômicos em curso desde 1994.

Diante disso, faz-se necessário estudar os valores fixados para os programas sociais e para aqueles que seriam pagos a juros da dívida pública.

2. DESENVOLVIMENTO

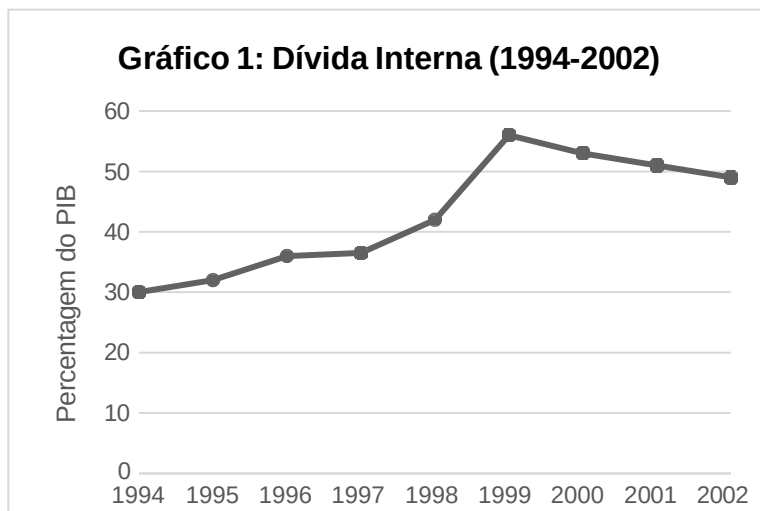
Durante o mandato de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso, imperaram as concepções neoliberais acerca da melhor forma de gestão do Estado. Sendo necessária uma reforma e diminuição do tamanho estatal para auferir uma estabilidade econômica e crescimento econômico, conjunturas que levariam a melhores condições sociais.

Essas ideias constituíram o pano de fundo do programa de estabilização implementado no Brasil em 1994 – o Plano Real. A base desse programa está na estabilidade dos preços vinculada à abertura econômica e à valorização cambial. A abertura da economia foi um marco, implicando na falência de importantes setores da indústria brasileira, que não suportaram a concorrência desigual e selvagem puxada pelas empresas estrangeiras, principalmente nas dimensões tecnológica e financeira.

Os efeitos da abertura da economia, em que pese o mercado de trabalho, podem ser vistos pelo comportamento da empregabilidade no período de 1994 a 2002.

Conforme se depreende da Tabela 1, na Grande São Paulo, onde se encontra o maior percentual de trabalhadores, uma pesquisa realizada pelo Instituto DIEESE aponta para um crescimento de 34% na taxa de desemprego. Isso significa que, no final dos anos 90, 20% da população economicamente ativa (PEA) de São Paulo estava desempregada. Em que pese aos números brasileiros, o IBGE indica que 7% da PEA estava fora do mercado de trabalho.

Sob a ótica macroeconômica, tais indicativos demonstram um forte desequilíbrio na balança de pagamentos. Assim, apesar de no período de 1994-2002 terem sido pagos US\$ 239 bilhões em juros e amortizações, a dívida externa total saltou de US\$ 159 bilhões em 1995 para US\$ 240 bilhões no final dos anos 90.



Em que pese as finanças governamentais, suas dívidas internas apresentaram-se como um grande obstáculo a ser vencido. Para financiar os déficits que o Plano Real deu causa, bem como para rolar a própria dívida, o Governo de FHC manteve as taxas de juros elevadas, visto que o montante da dívida se mantinha numa reta crescente, não podendo ultrapassar a metade do Produto Interno Bruto, conforme se depreende do Gráfico 1:

Tal prática era vista como temporária, pois a abertura da economia e o aumento das importações tenderiam a impulsionar a competitividade da indústria nacional, o que possibilitaria a conformação de um ciclo de expansão.

3. POLÍTICA SOCIAL ENTRE OS ANOS DE 1994-2002

Após anos de experiências com políticas de ajuste econômico estrutural, as quais tinham por base o crescimento econômico, os indicadores sociais mostraram um país repleto de contrastes. Eram crescentes as diferenças de renda, de educação, de saúde, de habitação, dentre outros.

Diante disso, o modelo econômico adotado pelo Governo FHC, além de causar desequilíbrios nas finanças públicas, elevou o número de pessoas que viviam abaixo da linha de pobreza. Fato este que não pode ser encarado exclusivamente como um indicativo econômico, mais também como uma postura adotada pelo então

Governo, qual seja, implantar políticas sociais para melhorar a vida dos mais necessitados deve balizar-se pelo núcleo socioeconómico.

Em outras palavras, caracteriza-se por resolver os desajustes sociais, sem contrariar a política e a posição económica adotadas pelo projeto de governo vigente. Deve-se lembrar que o traço da política social concebida por governos liberais visa, antes de tudo, assegurar a redução dos gastos públicos; o núcleo da política social preconizada pelo liberalismo caracteriza-se pela focalização, privatização e descentralização.

Precipitadamente, seriam contempladas pelas políticas compensatórias somente aquelas pessoas que não possuem nenhum mecanismo de defesa aos efeitos dos constantes ajustes no curso da economia.

A destinação desses recursos não está vinculada à nenhuma necessidade, ou seja,

“a definição de alvos tona-se um dispositivo de distribuição de recursos que não são calculados em relação a necessidades básicas insatisfeitas, mas sim relativamente a lógica do ajuste fiscal e às necessidades e prioridades neoliberais” (LAURELL, 1998. P.194).

A transferência da produção de bens e serviços públicos para o setor privado constitui privatização das políticas sociais. Diante disso, reduzir a pressão sobre o Estado por gastos públicos contribui para amenizar a crise fiscal.

No mesmo sentido, verifica-se um esforço em reduzir os gastos com a seguridade social. Tal argumento baseia-se na estrutura dos custos das empresas, que seriam penalizadas com as contribuições elevadas para financiar a seguridade social. Sob a avaliação dos empresários e do governo, os efeitos poderiam ser perversos, sobretudo em razão do mercado de trabalho, vez que a elevação do custo da força de trabalho poderia se refletir numa queda da demanda por emprego.

Tal concepção, oriunda dos países desenvolvidos, responsabiliza o setor privado pela elevação do custo da mão de obra, o que provoca a transferência de investimentos para outros países, causando, por reflexo, desemprego no país de origem. Além disso, países que aumentam os gastos sociais acabam perdendo competitividade.

Finalmente, para reduzir a responsabilidade dos governos centrais com a gestão e aplicação de recursos em políticas sociais descentralizadas, a ideia seria transferir essas tarefas para os governos locais, o que aumentaria a eficiência e a eficácia dos gastos sociais.

No mais, a melhor alternativa para os gastos sociais passa pela descentralização; no entanto, a simples transferência para os governos locais não é garantia suficiente da aplicação desses recursos em programas que beneficiem a sociedade.

4. DÍVIDA PÚBLICA E GASTOS SOCIAIS 1994 - 2002

Conforme mencionado anteriormente, durante os anos 90, em razão da política econômica adotada, surgiram desequilíbrios macroeconômicos, cujas consequências se expressam pela vulnerabilidade da economia e pela drenagem das receitas públicas, sobretudo para o pagamento do serviço da dívida pública. Tanto é que o Banco Mundial já destacava, em seus relatórios de 2000, o Brasil como um país seriamente endividado, postulante a uma zona de risco do ponto de vista dos investimentos externos.

O então Governo brasileiro, além de se orientar pelos mandamentos do liberalismo, sofreu a pressão dos organismos multilaterais para readequar o orçamento e as diretrizes econômicas, a fim de trazer uma estabilidade financeira e criar condições para um crescimento constante e estável.

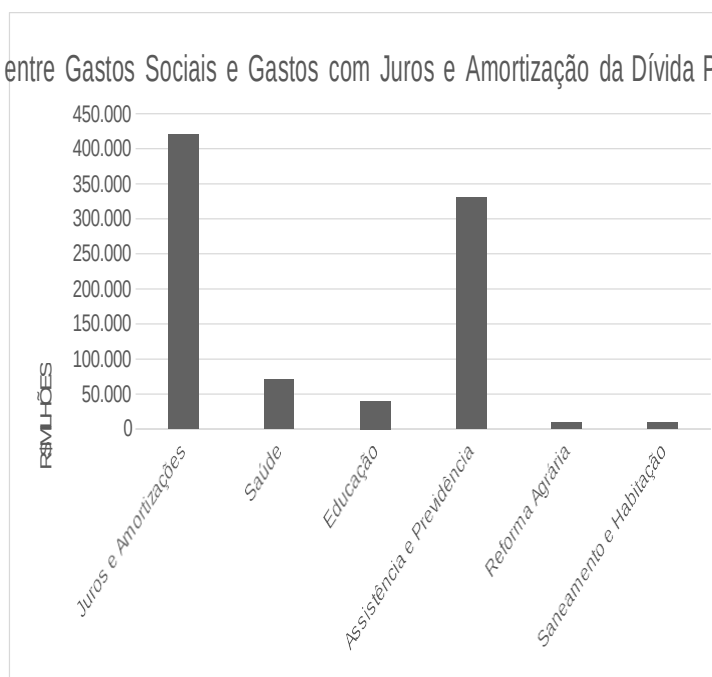
Citamos ainda a posição adotado pelo FMI e do Banco Mundial, isto é, o Estado deve se submeter a um rigoroso programa de ajuste entre as receitas e despesas – não podendo gastar mais do que arrecada. Essas imposições do FMI, quando renegocia a dívida de um país devedor, é a redução dos gastos sociais previstos no orçamento.

No caso do Brasil, essa posição constituiu um problema, dado que o então governo resolveu que parte do ajuste fiscal acordado com o FMI se pague através de corte na área social. Esse foi a posição adorada pelo ajuste fiscal adotado pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, após firmar acordo com o FMI em 1998.

O Estado deve ser administrado pela ótica financeira, isto é, adotar os mesmos critérios adotados ao mundo privado, onde sobrepõe a busca pelo lucro ao interesse coletivo.

Então, ocorreu uma drenagem das finanças públicas para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, o que criou uma escassez de recursos que poderiam ser direcionados para ao menos amenizar o problema no país.

Gráfico 2 - Relação entre Gastos Sociais e Gastos com Juros e Amortização da Dívida Pública (1995 - 2000)



Fonte: SOF; IBGE; Conjectura Econômica NOV 2001, VOL 51, Nº 51.

taxa de câmbio nominal comercial (média mensal de venda) R\$/US\$

Conforme extrai-se do Gráfico 2, durante a segunda metade dos anos 90, os gastos relacionados com a dívida pública foram equivalentes a todos os gastos sociais de maior envergadura.

5. CONCLUSÃO

O modelo econômico implantado no Brasil, entre os anos de 1994 e 2002, não contribuiu para o desenvolvimento social pretendido. No entanto, trouxe uma estabilidade para que o país perfizesse seu crescimento econômico atual.

A estabilização perseguida pelo governo FHC se fez a um custo muito alto. A dívida pública aumentou exponencialmente e o seu giro está estrangulando as finanças públicas. No campo social, atingiram-se índices históricos de desemprego e de pobreza.

Parece não restar dúvidas quanto aos efeitos negativos da política econômica e do endividamento público na vida da população. Se o montante de juros e amortizações da dívida se iguala a todos os gastos sociais, dá para imaginar o efeito desses recursos sendo usados em políticas de geração de emprego e combate à pobreza.

Podem surgir argumentos defendendo a manutenção de uma política econômica ortodoxa, sem a qual o país poderia caminhar para um certo isolamento dos fluxos comerciais e financeiros mundiais. Contudo, esse não é um motivo forte o suficiente para justificar a condenação de um terço da população a viver na mais absoluta pobreza.

Desse debate, algumas questões ficam à espera de uma resposta. Conforme foi demonstrado, o valor pago de juros e amortizações quase se equiparou ao total da dívida. Entretanto, o seu montante não para de crescer, o que corrobora a tese de que é impossível pagá-la. Será que não é chegada a hora de estabelecer uma discussão em torno deste tema que ultrapasse o enfoque do alongamento do perfil da dívida? Entre os investimentos sociais e o pagamento da dívida, devemos continuar optando pelo segundo? Será que a alternativa de priorizar a produção para o mercado interno é insensata ou são insensatos com o país aqueles que são contra.

6. REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Maria Emília Mendes. **Responsabilidade do Estado por atos legislativos e jurisdicionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988. 79p.

Boletim do Banco Central do Brasil, vários números.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estado forte, para investir. In: **Conjuntura Econômica**, abril de 2002.

GRAUWE, Paul de. Globalização e mais competitividade não derrubam gastos sociais. In: **Folha de São Paulo**, 11/11/2001.

Entrevista do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, divulgada na manhã de 02/07/2002 pela agência Broadcast (www.fazenda.gov.br/portugues/document/2002/pr020702.html).
Informe Anual do FMI de 1999.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. La violencia de la desigualdad. In: **Informe Control Ciudadano**, 2001. LAURELL, Asa Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. In: **Lua Nova**, nº 45, 1998.

Revista Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV, vol. 55, nº 11, nov./2001.
RIBEIRO, Ana Clara Torres. A face social da mudança econômica: funções da pobreza. In: BARROS, Flávia (Org.). **As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil**. Brasília: Rede Brasil, 2001.

RICUPERO, Rubens. Exportar não basta. In: **Folha de São Paulo**, 05/05/2002.

STIGLITZ, Joseph E. FMI: a Etiópia como prova. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, ano 3, n. 27, 2002.

World Development Indicators CD-ROM, World Bank, 1999.